

Oxford COVID-19 Government Response Tracker

Políticas de Resposta à COVID-19 no Brasil

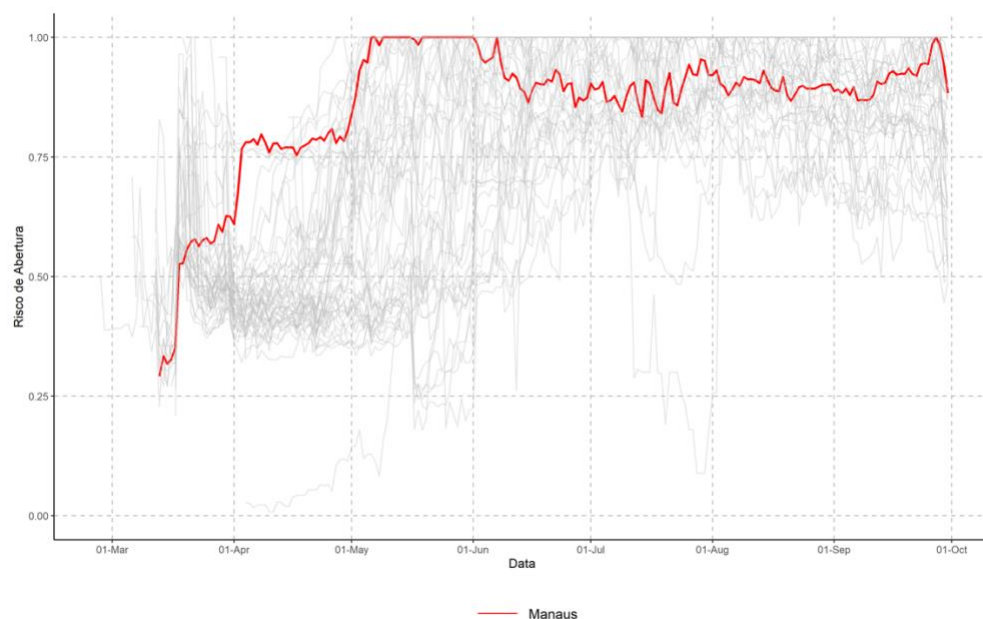
Policy note – Manaus/Amazonas



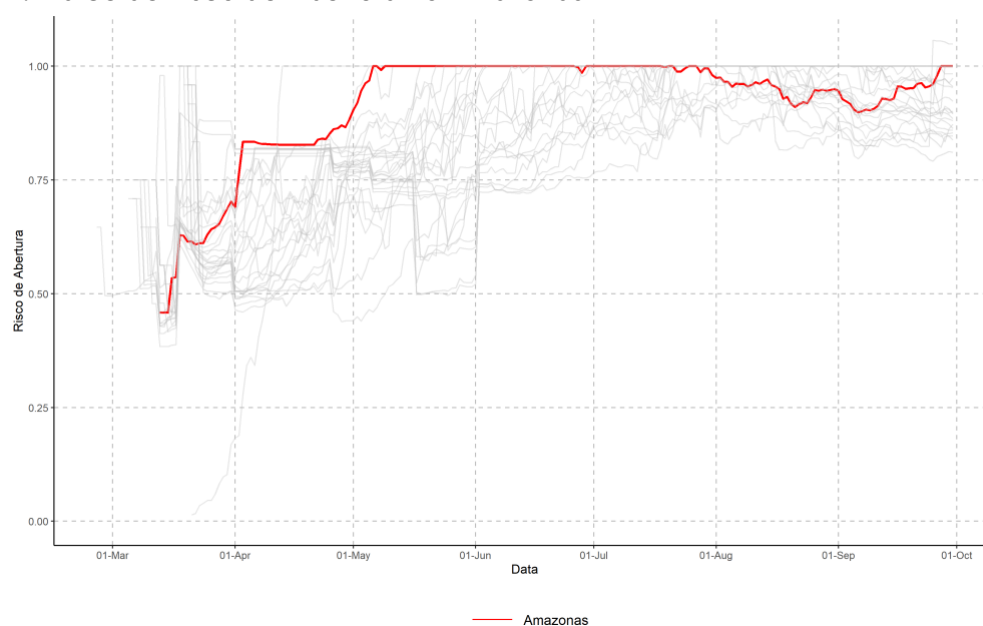
Região	Manaus, Amazonas
Período	Junho a outubro de 2020
Autoria	Larissa Cristina Margarido, Rodrigo Furst de Freitas Accetta, Maria Luciano e Beatriz Kira

Figura AM.1 – Índice de Risco de Abertura (Risk of Openness Index - RoOI)

A. Índice de Risco de Abertura em Manaus



B. Índice de Risco de Abertura no Amazonas



Oxford COVID-19 Government Response Tracker

Políticas de Resposta à COVID-19 no Brasil

Policy note – Manaus/Amazonas



Respostas dos governos estadual e municipal

A Figura 1 indica como o Risco de Abertura se manteve extremamente elevado em Manaus e no Amazonas como um todo ao longo do período reportado, e estava no nível máximo no estado ao final de setembro.

O Amazonas permanece sendo um dos estados brasileiros mais atingidos pela pandemia. Apesar de apresentar uma significativa melhora entre junho e agosto, caminhando para uma situação de estabilização, voltou a ter uma alta expressiva na média móvel de casos e óbitos em setembro. Até 30 de setembro, o estado havia registrado 139.326 casos (taxa de confirmação de 3.362 casos por 100.000 habitantes, a oitava mais alta do país) e 4.156 mortes (taxa de letalidade de 100,28 óbitos a cada 100.000 habitantes, a quarta mais alta do país). A capital, Manaus, foi responsável por cerca de 36% dos casos e 60% dos óbitos registrados no Amazonas.

Ao final de maio, afirmando que as ações adotadas até o momento haviam permitido a contenção da elevação dos casos de Covid-19 no estado e em Manaus, o governo do Amazonas optou pelo estabelecimento de um cronograma de volta gradual às atividades econômicas na capital e nos demais municípios da região metropolitana, desde que respeitadas medidas de distanciamento social, higiene pessoal, sanitização do ambiente, comunicação e monitoramento. A autorização do retorno do funcionamento de estabelecimentos comerciais e serviços não essenciais foi dividida em três fases, condicionadas ao comportamento da curva de casos em cada município:

- (i) a primeira, em maio, quando estimava-se confirmar o pico e a estabilização de casos, previa a manutenção da autorização apenas para atividades essenciais;
- (ii) a segunda, em junho, de acordo com a manutenção da capacidade de leitos de UTI e taxa de contaminação, previa a reabertura gradual de um primeiro grupo de estabelecimentos comerciais e de serviços;
- (iii) a terceira, a partir de julho, também dependendo da manutenção de capacidade de leitos e contaminação, previa a liberação gradual dos demais blocos de segmentos econômicos.

As segunda e terceira fases foram organizadas em ciclos de reabertura, dos quais destacamos:

- 1. A partir de 1º de junho – órgãos e entidades integrantes do Poder Executivo estadual; igrejas e templos religiosos; lojas (de vestuário, calçados, acessórios, artigos esportivos, médicos e para casa, pet shops, etc.); consultórios médicos e odontológicos; entre outros;
- 2. A partir de 15 de junho – consumo local em restaurantes, cafés e padarias; demais lojas e comércios; escritórios; entre outros;
- 3. A partir de 29 de junho – parques e espaços públicos; cabeleireiros, barbearias e similares; academias; comércios varejistas; entre outros;
- 4. A partir de 6 de julho – creches, escolas e universidades da rede privada de ensino; bares (na modalidade restaurante); flutuantes; apresentações de artistas, ao vivo, em restaurantes, bares e orquestras;

Oxford COVID-19 Government Response Tracker

Políticas de Resposta à COVID-19 no Brasil

Policy note – Manaus/Amazonas



5. A partir de 16 de julho – prestação de serviços de transporte hidroviário intermunicipal de passageiros;
6. A partir de 27 de julho – parques de diversão, casas de boliche, brinquedotecas e eventos sociais (respeitado o limite máximo de 200 pessoas);
7. A partir de 1º de agosto – convenções comerciais e feiras de exposição (respeitado o limite máximo de 500 pessoas); turismo de pesca; quadras esportivas; escolas de dança; e cinemas, teatros, circos e espaços culturais;
8. A partir de 8 de agosto – visita pública de algumas unidades de conservação;
9. A partir de 10 de agosto – atividades escolares presenciais do ensino médio, no âmbito da rede pública estadual de ensino;
10. A partir de 30 de setembro – atividades escolares presenciais do ensino fundamental, no âmbito da rede pública estadual de ensino da capital.

As únicas medidas de contenção estaduais mantidas foram: a obrigatoriedade de quarentena de 14 dias de todos os passageiros, sintomáticos ou não, que desembarcassem no Aeroporto Internacional Eduardo Gomes ou no Porto de Manaus; o monitoramento de pacientes em isolamento domiciliar por aplicativo para telefone celular; e a campanha de testagem rápida para a detecção de Covid-19 em profissionais de saúde, a qual foi ampliada para incluir profissionais da rede pública estadual de ensino, do Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas e do sistema prisional de Manaus.

A capital, por sua vez, optou por um plano de flexibilização mais gradativo. Em 30 de julho, o prefeito tornou obrigatório o uso de máscara de proteção em todos os espaços públicos e privados do município – cujo descumprimento enseja o pagamento de multa – e, até o final de setembro, a prefeitura de Manaus mantinha o regime de trabalho em *home office* pelos funcionários da administração pública municipal, bem como a suspensão temporária de concessão de licenças e autorizações municipais para a realização de eventos.

De acordo com a Fundação Oswaldo Cruz, mesmo com a manutenção das campanhas públicas – estadual e municipal – de informação e prevenção, a flexibilização das medidas de contenção levou à diminuição da adesão populacional às medidas de prevenção, como o distanciamento e o isolamento social, o uso de máscaras e a higienização das mãos. Consequentemente, em setembro, notou-se uma tendência de crescimento expressiva do número de casos, internações hospitalares e óbitos no estado e, em especial, na capital.

Em 29 de setembro, pressionado a estabelecer novas medidas restritivas, o governo do Amazonas descartou a possibilidade de ordens de permanência em casa (*lockdown*), optando por medidas menos rígidas. O governador do estado suspendeu, até 26 de outubro, o acesso às áreas de praias para recreação e o funcionamento de balneários, flutuantes e bares; limitou o horário de funcionamento de restaurantes, lanchonetes e lojas de conveniência; e proibiu a realização de eventos em casas noturnas, boates e casas de shows (com exceção dos eventos na modalidade *drive-in*), dos eventos sociais, das convenções comerciais e das feiras de exposição.

Oxford COVID-19 Government Response Tracker

Políticas de Resposta à COVID-19 no Brasil

Policy note – Manaus/Amazonas



Figura AM.2 – Número acumulado de óbitos e óbitos per capita no Amazonas e nos outros oito estados pesquisados

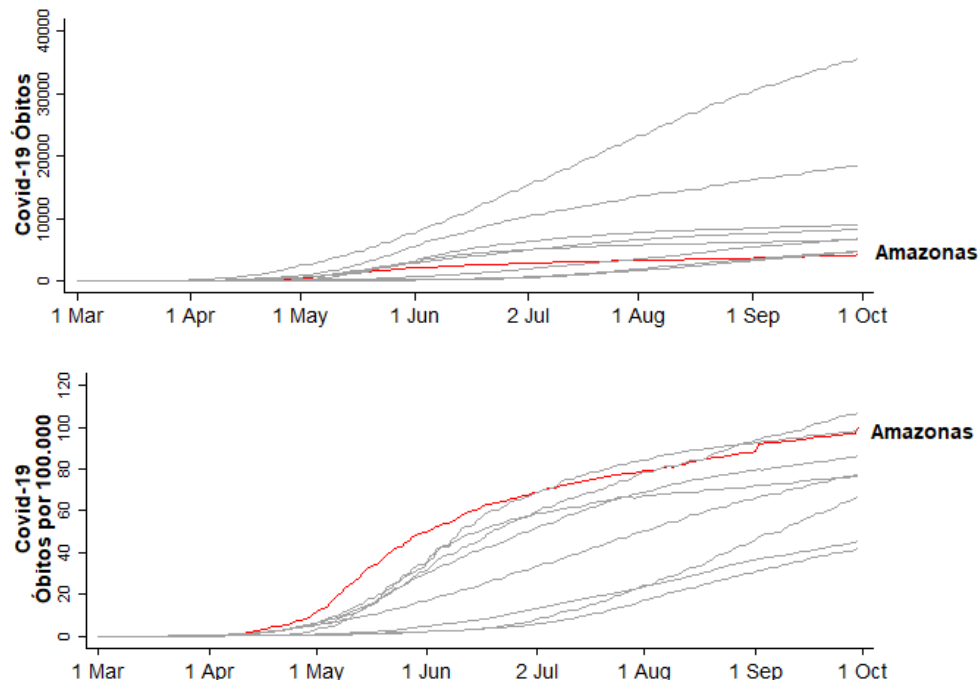
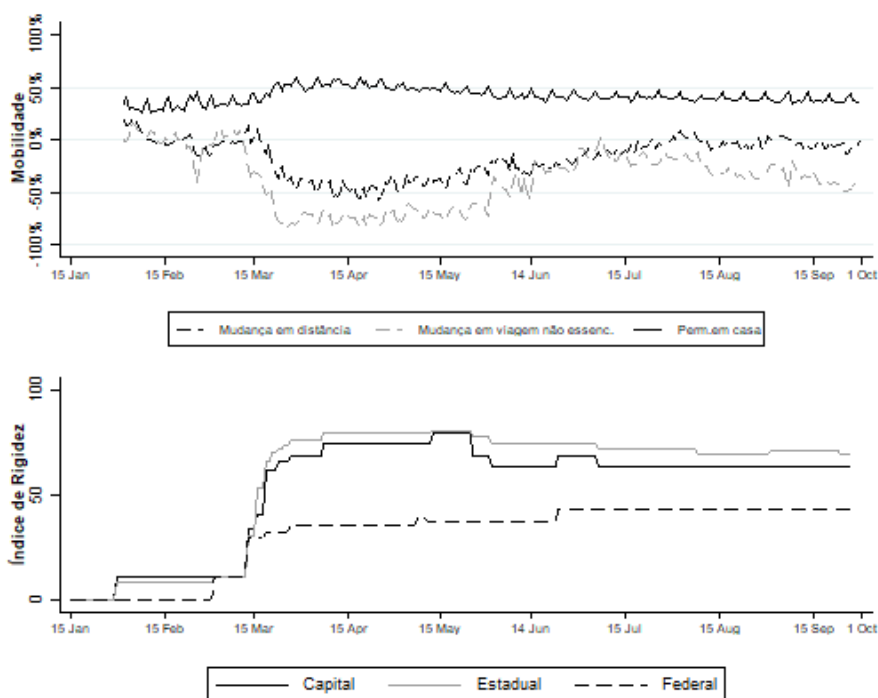


Figura AM.3 – Indicadores de mobilidade para o Amazonas e o índice OxCGRT de rigidez para diferentes níveis de governo



Resultados da pesquisa em Manaus

Este resumo é parte de um estudo mais abrangente sobre as respostas governamentais à Covid-19 no Brasil. Acesse <https://www.bsg.ox.ac.uk/pesquisa-covid19-brasil> para referências completas.

Oxford COVID-19 Government Response Tracker

Políticas de Resposta à COVID-19 no Brasil

Policy note – Manaus/Amazonas



Manaus é uma cidade de 2,2 milhões de habitantes e 6% da população tem mais de 60 anos de idade. O IDH é de 0,737, o que a torna a 16ª capital mais desenvolvida (entre 27 cidades).

Em Manaus, 17% das pessoas afirmaram não terem saído de casa nas duas semanas anteriores à entrevista, em um intervalo de duas semanas entre 22 de abril e 13 de maio, em comparação aos 9% no intervalo entre 13 de julho e 18 de setembro, que corresponde ao período que antecedeu à segunda rodada de entrevistas. Aqueles que saíram, o fizeram, em média, em seis dias nas duas semanas anteriores ao primeiro período, em comparação aos 7,8 dias do segundo período. No primeiro período, a maioria das pessoas entrevistadas (62%) saiu para ir ao supermercado, farmácia, banco ou para outro deslocamento essencial. Pouco menos de um terço (30%) saiu para ir ao trabalho (comparado a 66% em fevereiro) entre 22 de abril e 13 de maio. Já entre 27 de julho e 2 de outubro a maioria dos entrevistados (74%) saiu para ir ao supermercado, farmácia, banco ou para outro deslocamento essencial. E quase metade (46%) saiu para trabalhar (em comparação aos 64% que o haviam feito em fevereiro).

As pessoas que se aventuraram nas ruas durante o primeiro período estimaram que 75% das outras pessoas estavam usando máscaras, em comparação aos 73% do segundo período. Dentre todos os entrevistados, 24% relataram terem tido pelo menos um sintoma de Covid-19 durante a semana anterior à primeira entrevista, e 38% o fizeram por ocasião da segunda. Além disso, 7% dos entrevistados no primeiro período disseram que haviam sido testados em algum momento, em comparação aos 22% do segundo período, enquanto 3% e 1% relataram terem tentado fazer o teste sem sucesso no primeiro e segundo períodos, respectivamente.

A redução da oferta de serviços de transporte público fez com que 16% dos entrevistados deixasse de realizar suas atividades pretendidas nas duas semanas anteriores ao período entre 6 e 27 de maio, em comparação aos 18% na quinzena anterior ao intervalo entre 27 de julho e 2 de outubro. Vinte e dois por cento das pessoas declararam terem usado o transporte público nas duas semanas anteriores ao primeiro período, e 39% o fizeram em relação ao segundo período; 55% e 47% afirmaram terem usado esse serviço em fevereiro no primeiro e segundo período, respectivamente.

Os entrevistados em Manaus atingiram 79 e 75 de 100, em média, quanto aos níveis de conhecimento sobre os sintomas de Covid-19 no primeiro e no segundo período, respectivamente. Já a respeito do significado e das práticas de auto-isolamento, atingiram 40 e 41 de 100 no primeiro e no segundo períodos, respectivamente (veja uma explicação desses índices no relatório principal).

Para a maioria da população em Manaus, as principais fontes de informação sobre a Covid-19 são o noticiário da TV (65% e 67% dos entrevistados indicaram este como sua principal fonte de informação no primeiro e no segundo períodos, respectivamente), seguido por jornais e sites de jornais (15% e 12% no primeiro e no segundo períodos, respectivamente). As campanhas de informação pública chegaram a 57% e 72% das pessoas no primeiro e no segundo períodos,

Oxford COVID-19 Government Response Tracker

Políticas de Resposta à COVID-19 no Brasil

Policy note – Manaus/Amazonas



respectivamente. Destes, no primeiro período, 82% viram na TV, 28% no Facebook ou Twitter, 22% nos jornais, 19% no WhatsApp e 16% em blogs. Além disso, 54% acreditavam que tais campanhas eram provenientes do governo do estado. Já no segundo período, 89% viram na TV, 35% no Facebook ou Twitter, 22% nos jornais, 26% no WhatsApp e 12% em blogs. Sessenta e sete por cento das pessoas que viram campanhas de informação acreditavam que tais campanhas eram provenientes do governo do estado.

Em Manaus, no primeiro período, apenas um quinto das pessoas acredita que o sistema público de saúde está bem preparado (9%) ou muito bem preparado (11%) para lidar com o surto do novo coronavírus, enquanto 91% estavam preocupados (19%) ou muito preocupados (72%) com a insuficiência de equipamentos médicos, leitos hospitalares ou médicos em sua região.

Aproximadamente 40% das pessoas em Manaus que responderam à primeira entrevista relataram reduções em sua renda, e pouco mais de um quarto (27%) sofreu um corte de pelo menos metade de sua renda. Cinco por cento da população disse que sua renda havia caído para zero. Já dentre os que responderam à segunda entrevista, 32% relataram reduções em sua renda, e pouco mais de um quinto (21%) sofreu um corte de pelo menos metade de sua renda. Um por cento da população nesta ocasião disse que sua renda havia caído para zero.

Os habitantes de Manaus levam a sério a Covid-19: 81% e 82% disseram acreditar que o vírus é mais grave do que uma gripe comum no primeiro e segundo períodos, respectivamente. Um pouco menos da metade dos entrevistados (46% e 48% no primeiro e segundo períodos, respectivamente) avaliou as políticas de resposta do governo para combater a propagação da doença como adequadas. Proporções similares (46% e 43% no primeiro e segundo períodos, respectivamente) consideraram que a resposta é menos rigorosa do que o necessário. Apenas 8% consideraram tais políticas muito rígidas em ambos os períodos.

Em média, as pessoas em Manaus entrevistadas entre 6 e 27 de maio estimaram que a remoção de todas as medidas governamentais levaria 5,4 meses, consideravelmente mais do que a expectativa média de 4,6 meses nas nove cidades pesquisadas. Já no período entre 27 de julho e 2 de outubro, os entrevistados estimaram 8,3 meses, consideravelmente mais do que a expectativa média de 7,5 meses nas nove cidades pesquisadas. Dos entrevistados no primeiro período, pouco mais de um quarto (28%) acreditavam que as medidas seriam removidas todas de uma vez.

Figura AM.4 – Distanciamento social, conhecimento e testes em Manaus

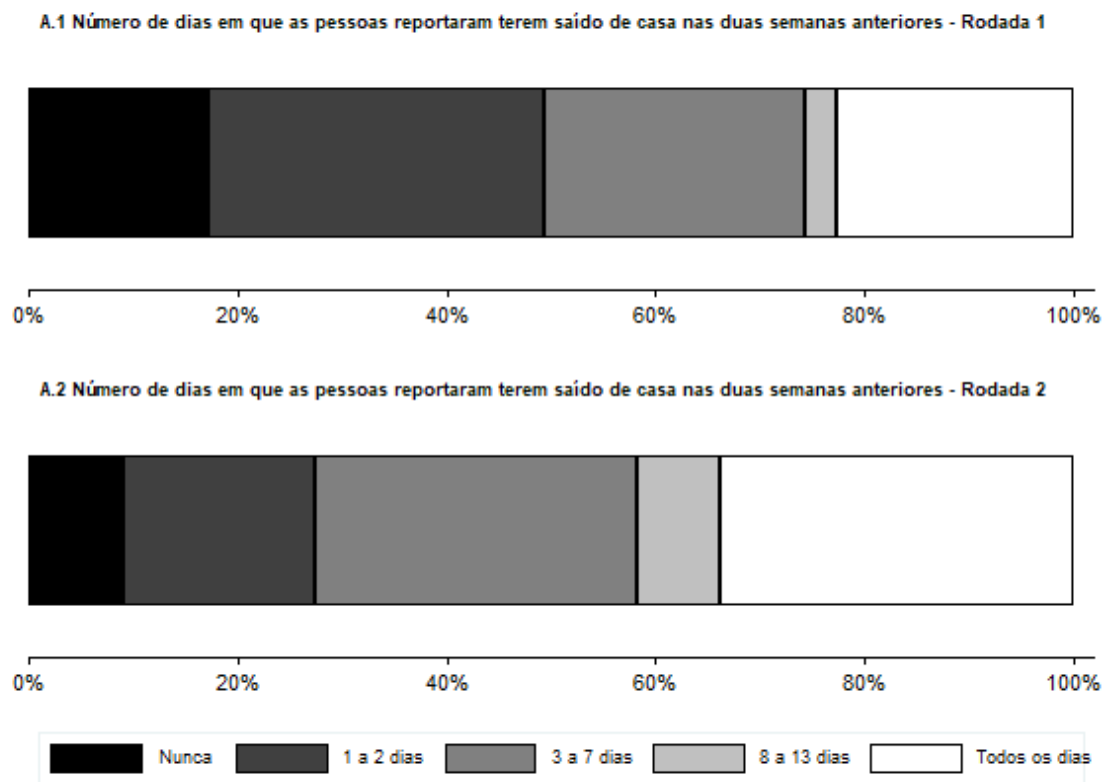
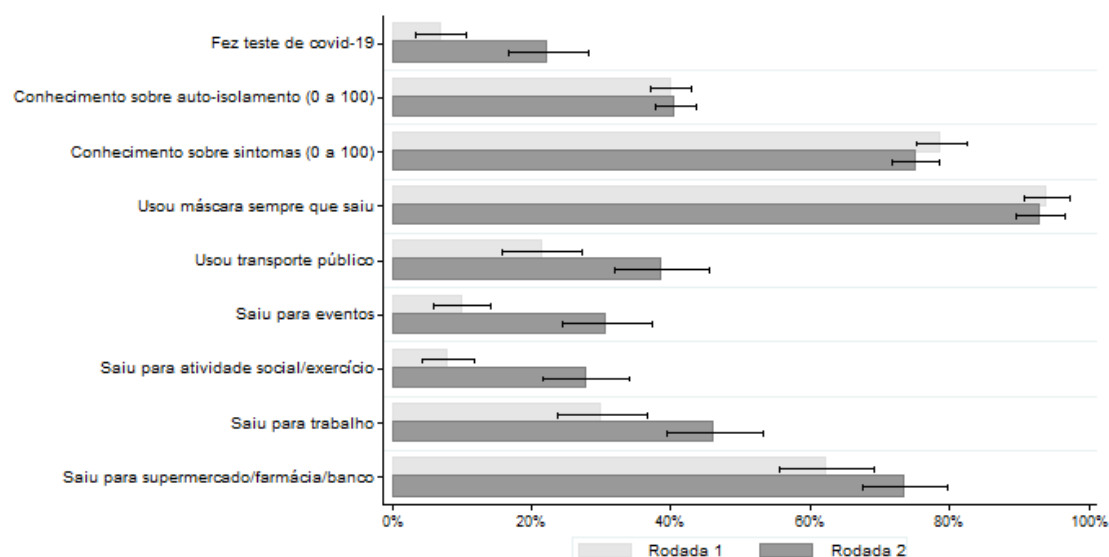


Figura AM. 5 – Teste, conhecimento, uso de máscara, e razões para sair de casa



Dados disponíveis em: <https://github.com/OxCGRT/Brazil-covid-policy>